

Eixo-temático: Avaliação e Gestão Educacional (E4).

**ANÁLISE DO PERFIL E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS ESCOLAS
PÚBLICAS PARTICIPANTES DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Érica Castilho RODRIGUES – Universidade Federal de Ouro Preto
(ericacastirodrigues@gmail.com)

Breyenner Ricardo de OLIVEIRA – Universidade Federal de Ouro Preto
(breyenner@cead.ufop.br)

Daniel Abud Seabra MATOS – Universidade Federal de Ouro Preto
(danielmatos@ichs.ufop.br)

Resumo

Pretendeu-se verificar se o critério de elegibilidade (baixo Ideb) definido pelo Programa Nacional Escola de Gestores foi atendido pela coordenação do programa na Universidade Federal de Ouro Preto. Análise quantitativa dos dados foi realizada a fim de traçar o perfil das 453 escolas atendidas. A análise dos dados indicou que a seleção não foi capaz de focalizar as regiões com Ideb mais baixo. Decidiu-se construir o perfil das escolas atendidas incorporando-se três indicadores: o Nível Socioeconômico (NSE) e os Índices de Infraestrutura e de Complexidade. No nível municipal, percebeu-se que as escolas atendidas correspondiam aos municípios que apresentavam valores mais altos tanto para o NSE quanto para Infraestrutura. Em relação à complexidade da escola, os municípios com índices elevados foram atendidos, indicando que, para esse indicador, a seleção parece ter sido adequada. Os dados das escolas atendidas para cada um dos três indicadores foram analisados. Para o Ideb, o curso atendeu escolas com índices mais altos. Em relação ao NSE, o curso não atendeu as escolas mais vulneráveis socioeconomicamente. Para o índice de Infraestrutura, o conjunto das escolas atendidas encontrava-se em posição privilegiada no que se refere à infraestrutura. Quanto ao Índice de Complexidade, os dados confirmam que o curso atendeu as escolas que demandariam mais de seus gestores. Com base nos resultados obtidos, pode-se propor uma metodologia para realizar uma seleção mais adequada das escolas e municípios que serão atendidos futuramente pelo programa. A conjugação do Ideb com os indicadores educacionais aqui elencados se apresenta como critério mais seguro para definir a seleção das escolas públicas e atingir o público-alvo desejado. A combinação dos indicadores aqui analisados permitirá a conjugação de diferentes estratégias de intervenção que, integradas, poderão contribuir para o acompanhamento qualitativo das ações pedagógicas implementadas pela equipe de professores envolvida no processo de formação dos cursistas.

Palavras-chave: política educacional, avaliação de programas, indicadores educacionais.

Introdução

Nas últimas décadas, mudanças importantes ocorreram no campo educacional, sobretudo em relação aos marcos legais, à sistemática de financiamento, ao processo de gestão dos sistemas de ensino e à ampliação do acesso à escola. De acordo com Cury (2007), o direito à educação escolar se constitui como dimensão fundante da cidadania, estando reconhecido em diversos documentos de caráter nacional e internacional.

A partir do entendimento de que a melhoria da qualidade da educação depende, de maneira integrada, tanto de fatores internos quanto de fatores externos que impactam do processo ensino-aprendizagem, o Ministério da Educação (MEC) vem desenvolvendo programas de apoio à gestão da educação básica com o propósito de fortalecer a escola pública brasileira, dentre os quais o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Neste sentido, o curso de Especialização em Gestão Escolar, no âmbito do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação. Este curso tem por objetivo contribuir com a formação de gestores escolares, por meio de um amplo processo de articulação envolvendo a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), sistemas públicos de ensino e entidades educacionais. Coordenado desde 2006 pela SEB, o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica é financiado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

As atividades de implantação do Curso de Especialização em Gestão Escolar no âmbito da Universidade Federal de Ouro Preto tiveram início ainda em 2011 e se desenvolveram no decorrer de 2012. Para orientar esta primeira oferta do curso, o MEC disponibilizou uma planilha de adesão contendo nomes de mais de 1.500 candidatos oriundos de escolas cujos municípios haviam formalizado a adesão em 2011. Contudo, esta planilha possuía fragilidades, como a inexistência de dados (e-mail e telefone) para contato com os candidatos, ausência de uma proposta de regionalização dos municípios e a falta dos dados relativos ao Ideb.

Diante disso, e visando garantir a isonomia no processo seletivo, optou-se por abrir um edital de seleção, amplamente divulgado por meio de parcerias firmadas com a Associação Mineira dos Municípios (AMM), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), além da divulgação através do mailing institucional da UFOP e ofícios

enviados às secretarias municipais de educação. Aproximadamente 1500 profissionais da educação se inscreveram nessa etapa.

Seguindo as orientações previstas nas Diretrizes Nacionais do Programa Escola de Gestores (2009), a seleção dos cursistas dentre os mais de 1500 inscritos foi realizada priorizando-se os profissionais que atuavam como diretores e vice-diretores em escolas públicas de Minas Gerais. O passo seguinte seria a definição dos polos. Como este processo ocorreu em meio à greve dos funcionários da Universidade, optou-se por defini-los com base na regionalização já existente na UFOP para os cursos a distância ofertados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). Tal decisão, em consonância com a Coordenação Nacional do Programa, foi decisiva para a implantação do curso, tendo em vista a infraestrutura física e humana já existentes nesses polos, que cooperaram institucionalmente para receber um novo curso da Instituição. Foi assim que se definiram seis dos nove polos de apoio presencial do curso: Governador Valadares, Ipatinga, Jaboticatubas, João Monlevade, Lagamar e Montes Claros (que formaram uma única turma) e Ouro Preto. Para contemplar os candidatos selecionados oriundos de regiões em que a UFOP não possuía polos, a coordenação do curso realizou contato com as secretarias municipais de educação e estabeleceu parcerias. Foi o caso dos polos de Guaxupé, Tiradentes e Ubá.

Somados, os nove polos totalizaram 453 cursistas matriculados, oriundos de 150 municípios do estado. Em outras palavras, 453 escolas foram atendidas, pois cada instituição contava com um cursista. Assim, esta primeira oferta contemplou os aspectos: (i) equipe gestora (ii) polos UAB/UFOP e (iii) concentração regional.

Com o curso em andamento, um grupo de avaliação foi criado com o objetivo de mapear o perfil desta primeira turma, das disciplinas (salas ambientes), da percepção dos cursistas sobre a formação e sobre as políticas educacionais. Buscou-se, ainda, o aprimoramento do curso para as novas turmas. Entre as questões que nortearam o trabalho desse grupo, uma se destaca: o curso está atendendo quem deveria ser atendido? Em outras palavras, as vagas estão sendo ofertadas para gestores escolares em municípios e regiões com baixo Ideb? Para responder a esta questão, pretende-se, analisamos neste capítulo os critérios de elegibilidade e focalização utilizados, um dos eixos mais importantes do Programa em nível nacional. Neste sentido, identificamos o perfil e analisamos os critérios de seleção das escolas públicas participantes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Escola de Gestores no âmbito da Universidade Federal de Ouro Preto.

O Ideb e a avaliação educacional

A avaliação educacional em larga escala tem sido cada vez mais utilizada no Brasil no monitoramento da qualidade da educação básica. Os seus resultados têm ocasionado grande impacto na sociedade brasileira, sendo bastante utilizados para orientar políticas públicas em educação. Este monitoramento da qualidade inclui a elaboração de indicadores educacionais, sendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) o mais importante. Como mencionamos anteriormente, o Ideb é utilizado como critério de seleção das escolas públicas participantes do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica. Neste sentido, apresentamos a seguir uma análise sobre o Ideb e outros indicadores educacionais presentes na literatura especializada.

O Ideb foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no ano de 2006. Este índice é o resultado da combinação de dois outros indicadores: a) indicador de desempenho: pontuação média dos estudantes em exames padronizados (Prova Brasil); b) indicador de rendimento: taxa média de aprovação dos alunos (Censo Escolar) (FERNANDES, 2007). O valor do Ideb aumenta com a melhoria dos resultados do aprendizado dos estudantes e diminui se as taxas de aprovação caem. Esta é uma das razões da grande utilização do Ideb: conseguir agregar, em um único indicador, uma medida de desempenho e outra de rendimento, dimensões essenciais para a análise dos sistemas de educação básica. Assim, em pouco tempo, o Ideb tornou-se o único indicador da qualidade da Educação Básica, passando a orientar políticas públicas educacionais. Sua repercussão também inclui a cobertura da mídia sobre assuntos educacionais e novas dimensões na pesquisa educacional (SOARES; XAVIER, 2013).

No entanto, apesar da criação do Ideb ter representado uma mudança positiva e substancial no debate educacional brasileiro, especialmente pela incorporação do aprendizado (desempenho) dos estudantes no monitoramento das escolas, diversas questões precisam ser problematizadas sobre este indicador.

Neste sentido, Soares e Xavier (2013) apresentam as seguintes análises e críticas sobre o Ideb:

a) Só alunos presentes ao teste são considerados: apenas os estudantes presentes na escola no dia da Prova Brasil são considerados. Como a portaria do MEC diz que o Ideb é calculado desde que mais de 50% dos alunos tenham comparecido, as escolas podem selecionar seus melhores estudantes e assim ter um valor maior do Ideb.

b) Proficiência em Matemática tem mais peso do que proficiência em Leitura: por causa dos algoritmos usados na padronização das proficiências, fica implícito no Ideb que o domínio da competência matemática pelos estudantes é maior do que o domínio da compreensão leitora. Isso pode estimular a ênfase do ensino de Matemática para alguns alunos como uma estratégia para melhorar o Ideb.

c) Assume substituições questionáveis entre os diferentes componentes: o Ideb aceita que o bom desempenho de um estudante compensa o mau desempenho de outro, assim como assume que um melhor desempenho compensa uma taxa de reprovação mais alta. Essas características geram a possibilidade de selecionar estudantes para concentrar esforços instrucionais com o intuito de melhorar o indicador, podendo gerar exclusão educacional (prejuízo da equidade).

d) Não se pode usar a metáfora da nota escolar para analisar o Ideb: embora as proficiências padronizadas dos estudantes assumam valores entre zero e 10, as proficiências das escolas estão concentradas em um intervalo bem mais restrito, pois a variação das médias é muito menor do que as variações individuais dos alunos. É inadequado interpretar o indicador em termos de conceitos escolares: um Ideb de valor sete é um resultado excelente. Esta mesma nota para uma avaliação escolar seria considerada mediana.

e) Naturaliza baixos desempenhos de muitos alunos: um Ideb de valor seis, considerado a meta nacional, é compatível com um número elevado de estudantes com baixo desempenho. Aqui, mais uma vez, se coloca a questão da agregação de dois indicadores em um único índice: a criação implícita de uma equivalência entre diferentes combinações de desempenho e rendimento. Assim, considerando que o Ideb está em um nível tido como adequado, as dificuldades educacionais de alunos com baixo desempenho não terão relevância (caso o indicador seja usado isoladamente).

f) O Ideb é muito correlacionado com o nível socioeconômico da escola (NSE): a associação entre o Ideb e o nível socioeconômico é alta, pois o desempenho dos estudantes está muito associado ao seu NSE. Essa questão tem ainda outra consequência: a identificação de escolas com projetos pedagógicos exemplares não pode ser realizada exclusivamente com o Ideb, pois ele aponta também escolas que têm bons resultados simplesmente por atender a estudantes com muito capital cultural.

g) Algumas limitações: o Ideb não considera aspectos como infraestrutura e valorização profissional. Assim, não se recomenda a avaliação de escolas e redes de ensino exclusivamente pelo Ideb, que precisa ser contextualizado por indicadores que

descrevam as condições reais de oferta do ensino. Portanto, esta não é uma crítica ao indicador em si, mas ao seu uso isolado. Faltam esclarecimentos sobre o significado dos números, sobre qual tipo de intervenção um valor específico do Ideb sugere. Por fim, ainda existe a questão de que as políticas públicas para conter o abandono e a repetência podem ser diferentes daquelas usadas para melhorar o desempenho dos estudantes.

Portanto, o Ideb enfatiza resultados finalísticos sem levar em consideração as condições de produção destes resultados. Por isso, é importante considerar o Ideb simultaneamente com as condições contextuais da escola: o perfil dos alunos e as características das instituições de ensino. Neste sentido, utilizamos neste trabalho os seguintes indicadores educacionais: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), nível socioeconômico, infraestrutura e complexidade da escola (ALVES; SOARES, 2013).

Desenho da pesquisa, caracterização das escolas, definição das variáveis analisadas e elaboração dos indicadores educacionais

Nesta pesquisa utilizamos métodos quantitativos que se mostram adequados para organizar, descrever e sumarizar dados de grandes coletivos de indivíduos. Após a coleta de dados, realizamos análises estatísticas para descrever tendências e testar os problemas de pesquisa relacionados com o perfil e os critérios de seleção das escolas públicas participantes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da UFOP. As técnicas estatísticas utilizadas nesse trabalho foram: estatística descritiva e uma técnica multivariada chamada Teoria da Resposta ao Item (TRI).

Os dados das escolas participantes do Curso de Especialização em Gestão Escolar foram provenientes do Censo Escolar de 2013, além de informações oriundas de avaliações educacionais do Inep, incluindo os questionários contextuais e os testes padronizados de proficiência. Dessa forma, participaram deste estudo 453 escolas, sendo cada uma delas representada por um aluno do referido curso.

Utilizamos diversos indicadores educacionais relativos ao rendimento e desempenho dos alunos, nível socioeconômico, infraestrutura e complexidade da escola. No *quadro 1*, descrevemos os indicadores utilizados.

Inserir Quadro 1 aqui

Como indicado nesse quadro, o nível socioeconômico, a infraestrutura e a complexidade da escola são considerados como construtos latentes (não podem ser observados diretamente). Portanto, precisamos utilizar técnicas estatísticas adequadas

para medir esse tipo de construto. Nessa pesquisa, utilizamos a Teoria da Resposta ao Item (TRI) (EMBRETSON; REISE, 2000). O objetivo principal da TRI é obter medidas de construtos latentes por meio de indicadores ordinais ou dicotômicos. Neste trabalho, utilizamos o modelo de Samejima, que é considerado o mais adequado para itens com respostas graduadas (SAMEJIMA, 1969).

Resultados

O objetivo inicial é verificar, a partir de uma análise quantitativa, qual o perfil das escolas atendidas pelo curso. Essa análise será feita inicialmente nos municípios, considerando-se indicadores médios dos locais onde as instituições estão situadas. Em seguida, faremos uma análise mais detalhada, considerando os indicadores das escolas especificamente. Por fim, analisaremos cada um dos Polos.

Como apontamos anteriormente, a seleção dos alunos deveria priorizar aquelas escolas que apresentassem o menor valor do Ideb. A *FIG. 1* mostra a distribuição dos alunos do curso em um mapa temático que representa o Ideb médio das escolas de cada município. As circunferências maiores correspondem àquelas cidades nas quais houve um número maior de matrículas. Observa-se que, ao contrário do que seria desejado, não são aqueles municípios com menor Ideb que estão sendo atendidos pelo curso, mas aqueles mais próximos à cidade de Ouro Preto. A região Norte e Nordeste do estado são claramente deficitárias quando consideramos esse indicador. Apesar disso, não foram contempladas por essa política pública.

Inserir Figura 1 aqui

Considerando o Ideb como critério para a seleção dos cursistas, verificamos que não foram selecionados os locais mais recomendados. Entretanto, é necessário verificar se tal resultado se deve ao fato dos gestores de locais com Ideb mais baixo não terem se interessado em participar do curso. Dessa forma, iremos analisar a distribuição espacial dos candidatos inscritos. A *FIG. 2* apresenta essa informação.

Inserir Figura 2 aqui

Percebemos que os candidatos estão mais distribuídos por todo o estado, aparecendo inclusive um número razoável de inscritos em cidades com Ideb bastante reduzido. Isso evidencia que, apesar de candidatos de vários municípios do estado terem demonstrado interesse em fazer o curso, a seleção não foi capaz de focalizar este público alvo dessa política de formação continuada. Foram contemplados, em sua maioria, os candidatos situados geograficamente mais próximos à cidade de Ouro Preto.

Como já discutido anteriormente, o Ideb é um indicador muito limitado para refletir todos os aspectos da realidade da escola, razão pela qual decidimos analisar outros três indicadores a fim de ter um perfil mais completo das escolas. O primeiro deles é o Nível Socioeconômico (NSE) dos alunos matriculados. Já é fato conhecido na literatura que o NSE e o Ideb são dois indicadores altamente correlacionados, uma vez que escolas que atendem alunos com melhores condições socioeconômicas apresentam maior facilidade em atingirem níveis melhores de desempenho e menores taxas de reprovação (SOARES; XAVIER, 2013). A FIG. 3 mostra a distribuição desse indicador em todo o estado. Observa-se que o padrão de distribuição espacial é muito semelhante ao mapa do Ideb. Nota-se claramente que o Norte e Nordeste do estado são regiões mais desprivilegiadas quando usamos qualquer um dos indicadores como medida. Isso significa que o curso deixa de atender não só aqueles municípios mais carentes em termos de desempenho escolar, mas também os mais carentes em termos de condições socioeconômicas.

Inserir Figura 3 aqui

Passamos agora para os outros dois indicadores apresentados anteriormente: Índice de Complexidade e Índice de Infraestrutura da escola. A FIG. 4 mostra o perfil das escolas mineiras no que diz respeito à Infraestrutura, sobrepondo a distribuição dos cursistas a fim de verificar o contexto de onde vêm os alunos que participam do curso. Percebemos que a infraestrutura não segue o mesmo padrão de distribuição do nível socioeconômico. Entretanto, observamos que as escolas que estão sendo atendidas correspondem aos municípios que apresentam valores mais altos para esse indicador. Esses dados confirmam novamente o fato de que o curso não está atendendo aqueles alunos que de fato mais precisariam cursá-lo.

Inserir Figura 4 aqui

O próximo indicador avaliado é a Complexidade da Escola. A FIG. 5 mostra o padrão de distribuição em todo o estado. Neste caso, percebemos que as escolas localizadas em municípios com maior índice de complexidade estão sendo atendidas pelo curso. Portanto, no que se refere a esse indicador, a seleção parece ter sido mais adequada. É possível inferir que os municípios que apresentam escolas mais complexas, que atendem uma gama maior e mais variada de alunos, são aqueles mais desenvolvidos socioeconomicamente.

Inserir Figura 5 aqui

As análises feitas até o momento foram todas por município. Analisaremos agora os indicadores voltados especificamente para as escolas atendidas pelo curso. Infelizmente, não foi possível calcular os indicadores para todas as escolas atendidas, devido à falta de dados. Entretanto, para essas análises verificamos que todos os polos estavam bem representados.

Para o Ideb foi possível recuperar os dados das escolas de 90 cursistas do total de 453, o que representa uma proporção de 19,87%. A *TAB. 1* mostra, na primeira linha (L1), a distribuição da proporção de todos cursistas em cada um dos polos e, na segunda linha (L2), a mesma distribuição, porém agora considerando apenas aqueles cursistas para os quais temos dados sobre o Ideb disponíveis. Notamos que todos os polos estão bem representados na amostra analisada, com exceção dos polos Tiradentes e Ubá.

Inserir Tabela 1 aqui

Ainda com relação ao Ideb, a *FIG. 6* mostra a distribuição deste indicador calculado para todas as escolas mineiras. Já a *FIG. 7* mostra essa distribuição para as escolas atendidas pelo Curso de Especialização em Gestão Escolar. Percebemos que as escolas atendidas apresentam um valor maior para esse indicador do que as escolas mineiras em geral. A média desse índice para todo o estado é 4,51 enquanto a médias das escolas do curso é 4,8. Isso fica ainda mais evidente quando comparamos nas figuras as faixas mais baixas do Ideb. Dessa forma, reforçamos nosso argumento de que o curso, de uma maneira geral, atendeu escolas com Ideb mais alto.

Inserir Figura 6 aqui

Inserir Figura 7 aqui

Passamos agora para a distribuição do NSE. Para esse indicador, das 453 escolas fomos capazes de recuperar os dados de 179 (em torno de 40%). A *TAB. 2* mostra, na primeira linha (L1), a distribuição da proporção de todas as escolas em cada um dos polos e, na segunda linha (L2), a mesma distribuição, porém agora considerando apenas aquelas escolas para os quais temos dados sobre o NSE. Observamos que apenas o polo de Ubá não está bem representado. Para os demais, percebemos que a proporção de escolas da nossa amostra é praticamente a mesma da população original.

Inserir Tabela 2 aqui

Para o caso do NSE, existe uma distribuição de referência. Alves *et al.* (2013) classificaram as escolas em sete categorias “Mais Baixo”, “Baixo”, “Médio-Baixo”, “Médio”, “Médio-Alto”, “Alto” e “Mais alto”. Portanto, nesse caso é desnecessário comparar a distribuição com os dados do Estado. Vejamos como se apresenta a

distribuição desse indicador para as escolas atendidas pelo curso. A FIG. 8 mostra que a maior parte das escolas apresenta um valor classificado como Médio-Baixo (39,7%) e Médio (34,6%) para esse indicador. Percebe-se também que a distribuição do NSE possui uma assimetria em direção aos valores mais elevados. Isso confirma que o curso não está atendendo as escolas mais vulneráveis no que se refere a aspectos socioeconômicos.

Inserir Figura 8 aqui

Com relação aos índices de Infraestrutura e Complexidade, ambos foram obtidos a partir da mesma base de dados, que é a base do Censo. Como esta base contempla todas as escolas brasileiras, fomos capazes de calcular os indicadores para muitas instituições atendidas pelo curso. Só não foi possível recuperar esses dados para os casos em que os cursistas forneceram códigos inválidos das escolas.

Das 453 escolas, conseguimos os dados de 322, o que corresponde a 71,08% das instituições. A TAB. 3 mostra, na primeira linha (L1), a distribuição da proporção de todas as escolas em cada um dos polos e, na segunda linha (L2), a mesma distribuição, porém agora considerando apenas aquelas escolas para as quais temos dados sobre os índices de Complexidade e Infraestrutura disponíveis. Notamos que todos os polos estão bem representados na amostra analisada.

Inserir Tabela 3 aqui

A FIG. 9 mostra a distribuição do Índice de Infraestrutura calculado para todas as escolas mineiras. Já a FIG. 10 mostra a distribuição para as escolas atendidas pelo Curso de Especialização em Gestão Escolar. Percebemos que as escolas atendidas pelo curso apresentam um valor maior para esse indicador do que as escolas mineiras em geral. A média desse índice para todo o estado é 3,42 enquanto a média das escolas do curso é 6,21. Portanto, quando comparado ao contexto estadual, o conjunto das escolas atendidas pelo curso encontra-se em posição privilegiada no que se refere à infraestrutura.

Inserir Figura 9 aqui

Inserir Figura 10 aqui

Quanto ao Índice de Complexidade, a FIG. 11 indica a distribuição deste indicador para todas as escolas mineiras. Já a FIG. 12 mostra a distribuição para as escolas atendidas pelo Curso de Especialização em Gestão Escolar.. Percebemos que as escolas atendidas pelo curso apresentam um valor maior para esse indicador do que as escolas mineiras em geral. A média desse índice para todo o estado é 3,96 enquanto a

média das escolas do curso é 5,38. Portanto, esses dados confirmam o fato de que o curso está atendendo as escolas mais complexas e que demandam mais de seus gestores.

Inserir Figura 11 aqui

Inserir Figura 12 aqui

Por fim, analisaremos a situação dos polos no que se refere a esses indicadores. Para tanto, vamos computar a média de cada um dos quatro indicadores de todas as escolas localizadas em cada um dos polos do curso. A TAB. 4 mostra os resultados obtidos.

Inserir Tabela 4 aqui

Observamos que os polos de Governador Valadares e Montes Claros apresentam os valores mais baixos para todos indicadores, como já era esperado pela realidade do estado. Os polos de Guaxupé e Jaboticatubas apresentam valores altos para os quatro indicadores analisados. Os polos de Ouro Preto e Ipatinga apresentam resultados mistos: valores baixos para o Ideb e o NSE e valores altos para Infraestrutura e Complexidade. Tomados em conjunto, esses resultados indicam a complexidade de se realizar uma análise do perfil e dos critérios de seleção das escolas/polos: a realidade das escolas/polos é bastante singular e deve ser analisada caso a caso na elaboração de qualquer política pública. Em outras palavras, a partir de indicadores múltiplos, a seleção de uma escola/polo pode ser feita em função de critérios diversos: uma escola pode ser atendida por ter Ideb e NSE baixos, outra por ter alta complexidade e assim por diante.

Considerações Finais

A análise do perfil e dos critérios de seleção das escolas públicas participantes do Curso de Especialização em Gestão Escolar revelou algumas questões importantes sobre a implementação da política de formação continuada empreendida pela Escola de Gestores da UFOP. Embora esta primeira oferta do curso não tenha contemplado plenamente os municípios e escolas com baixo Ideb, foco do Programa, a utilização de outros indicadores educacionais para analisar as escolas atendidas nos leva a concordar com a literatura em sua crítica ao uso do Ideb de modo isolado para avaliar a qualidade da educação.

Em termos de seleção dos municípios e das escolas atendidas pelo curso, reconhecemos que, nesta primeira experiência, não foi possível atender exclusivamente as escolas e municípios com baixo Ideb. Isto se deveu a um conjunto de fatores como a

inconsistência dos primeiros dados fornecidos pelo MEC à Universidade, a dispersão geográfica dos inscritos oriundos de regiões com menor Ideb, a definição dos polos de apoio presencial em função da regionalização e infraestrutura já existentes na UFOP. Por outro lado, notamos que a adoção do Ideb como único critério de seleção das escolas não parece ser o melhor caminho.

No que se refere à política pública voltada para a formação nacional de gestores escolares, essa pesquisa fornece uma referência importante para as próximas seleções. Além do Ideb, o nível socioeconômico, a infraestrutura e a complexidade são indicadores imprescindíveis para a definição das escolas a serem atendidas pelo curso. Como afirmamos anteriormente, é importante considerar o Ideb simultaneamente com as condições contextuais da escola: o perfil dos alunos e as características das instituições de ensino. (ALVES; SOARES, 2013). A partir de indicadores múltiplos, a seleção de uma escola/polo pode ser feita em função de critérios diversificados.

Como vimos, indicadores educacionais como NSE, Infraestrutura e Complexidade revelam dados mais contextualizados sobre as escolas e sobre as condições de oferta do ensino, interferindo de modo distinto no desempenho e nos resultados educacionais.

Com base nos resultados obtidos, somos capazes de propor uma metodologia para realizar uma seleção mais adequada das escolas e municípios que comporão as novas turmas da Escola de Gestores da UFOP. Fica claro que a conjugação do Ideb com os outros indicadores educacionais aqui elencados se apresenta como critério mais seguro para definir a seleção das escolas públicas e atingir, assim, o público-alvo desejado.

Por fim, essa metodologia de seleção também nos permite fazer uma avaliação diagnóstica e o planejamento prévio das atividades didáticas de cada turma. Por exemplo: se uma determinada turma apresenta um percentual elevado de escolas de alta Complexidade, podemos planejar disciplinas ou atividades específicas voltadas para esta questão. A combinação dos indicadores aqui analisados permitirá a conjugação de diferentes estratégias de intervenção que, integradas, poderão contribuir para o acompanhamento qualitativo das ações pedagógicas implementadas pela equipe de professores envolvida no processo de formação dos cursistas.

Referências Bibliográficas

- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, 2013.
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. O Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica Brasileiras. In: VII Reunião da Associação Brasileira de Avaliação Educacional - ABAVE, 2013, Brasília. Anais da VII Reunião da ABAVE - Avaliação e Currículo: um diálogo necessário, 2013. p. 15-32.
- BRASIL. Diretrizes Nacionais do Programa Escola de Gestores da Educação Básica Pública. Brasília: MEC/SEB, 2009.
- CURY, C. R. J. A Gestão Democrática na Escola e o Direito à Educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. v. 23, n. 3. Rio de Janeiro: ANPAE, set./dez. 2007. p. 483-496.
- EMBRETSON, S. E.; REISE, S. P. Item response theory for psychologists. New York: Routledge, 2000.
- FERNANDES, R. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). INEP/MEC, n. 26, 2007.
- SAMEJIMA, F. Estimation of Latent Ability Using a Response Pattern of Graded Scores (Psychometric Monograph No. 17). Richmond, VA: Psychometric Society, 1969.
- SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB. *Educação e Sociedade*, v. 34, n. 124, p. 903-923, 2013.

QUADRO 1

Indicadores educacionais utilizados na pesquisa

Indicador	Descrição e cálculo
Ideb da escola	Índice de Desenvolvimento da Educação da Escola. Produto da média das proficiências padronizadas em matemática e leitura obtidas na Prova Brasil pelo indicador de rendimento (o valor médio das taxas de aprovação da escola) atingido no Censo Escolar. A escala tem valores de zero a 10.
Nível socioeconômico da escola	Medida estimada via Teoria da Resposta ao Item (TRI) a partir de informações dos questionários respondidos pelos alunos em avaliações educacionais do Inep. Itens dos questionários relacionados com a escolaridade e a posição ocupacional dos pais do aluno e a renda familiar (evidenciada pela posse de bens, uso de serviços e rendimento de fontes diversas) foram agregados em uma única medida do nível socioeconômico do aluno. A escala original foi convertida para valores de zero a 10. Refere-se à média calculada a partir do NSE dos alunos de cada escola.
Infraestrutura da escola	Medida obtida via TRI a partir de informações do Censo Escolar, agregando informações de existência de: local próprio de funcionamento da escola, água tratada, energia elétrica, saneamento básico (coleta de lixo, de esgoto e presença de banheiro na escola), outros espaços e recursos escolares (biblioteca, laboratório, cantina, computadores e outros equipamentos eletrônicos). A escala original foi convertida para valores de zero a 10.
Complexidade da escola	Medida obtida via TRI a partir de informações do Censo Escolar. Agrega informações sobre o tamanho da escola (número de alunos - quantidade de salas, funcionários, número de turmas e matrículas nas escolas) e a complexidade da escola (modalidades/níveis de ensino oferecidos e o número de alunos portadores de necessidades especiais). A escala final é o produto das escalas parciais de complexidade e de tamanho, convertidas para valores de zero a 10.

Fonte: Alves e Soares (2013).

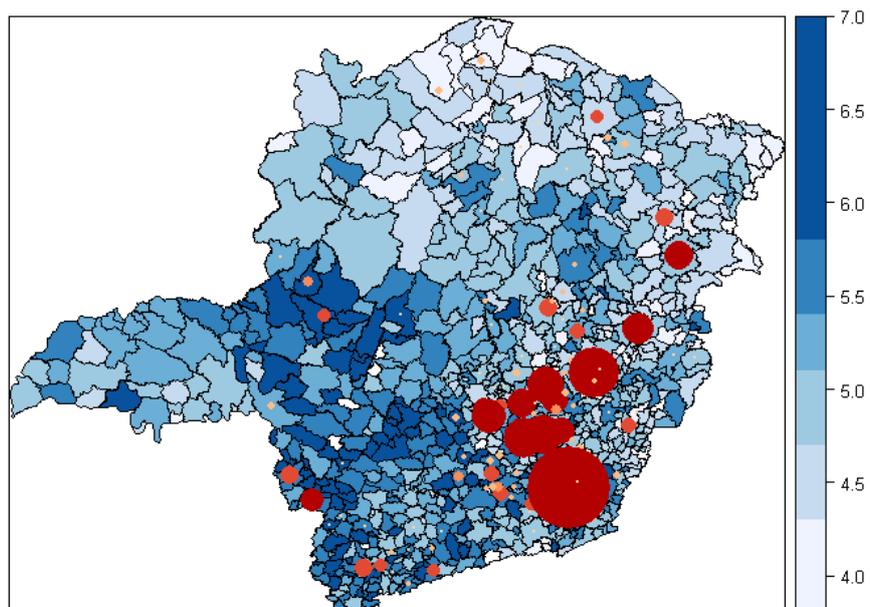


FIGURA 1 - Distribuição dos cursistas no estado de Minas Gerais (Ideb médio dos municípios).

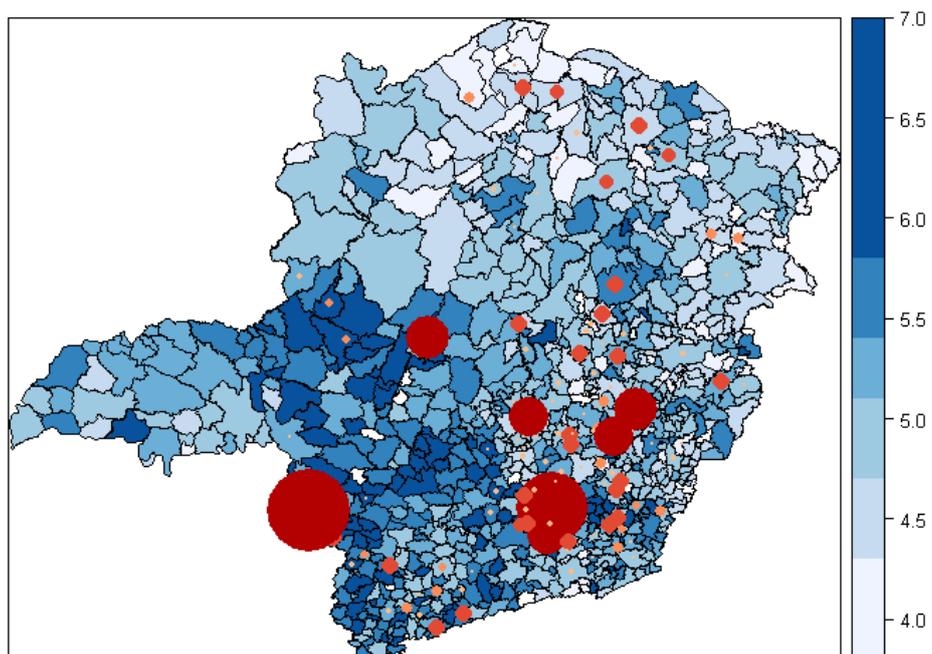


FIGURA 2 - Distribuição dos candidatos no estado de Minas Gerais (Ideb médio dos municípios).

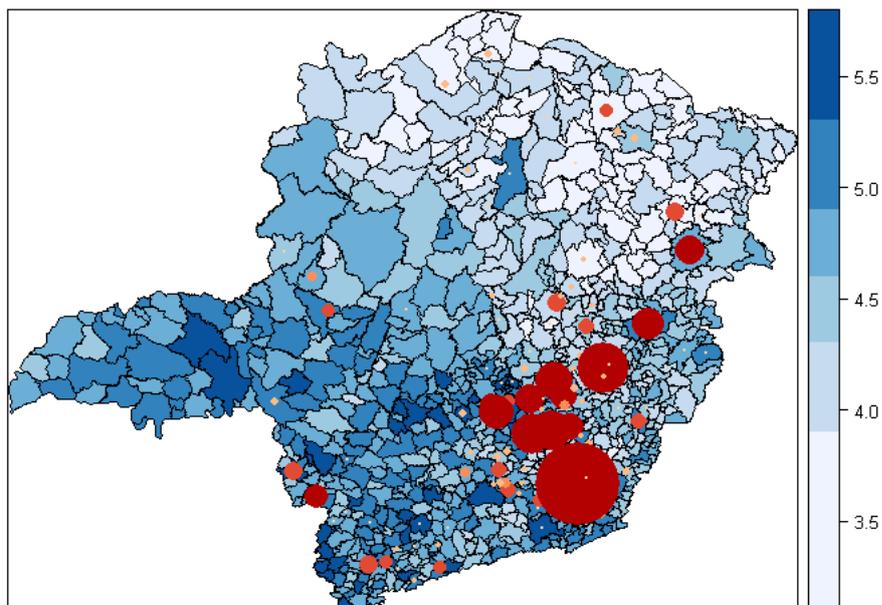


FIGURA 3 - Distribuição dos cursistas no estado de Minas Gerais (NSE dos municípios)

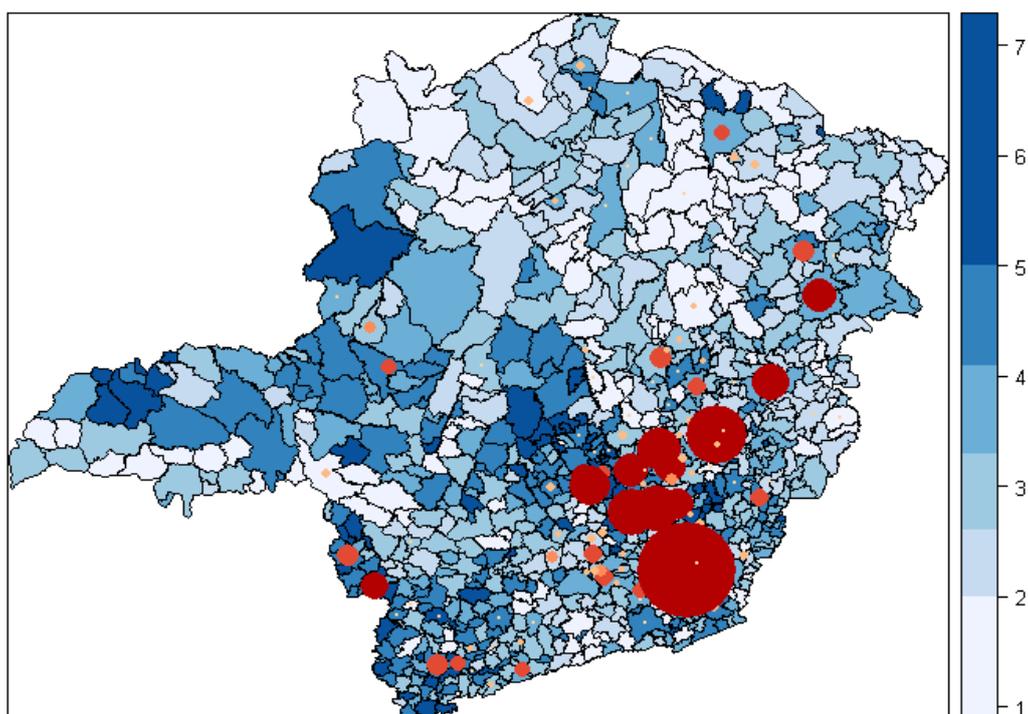


FIGURA 4 - Distribuição dos cursistas no estado de Minas Gerais (Infraestrutura dos municípios).

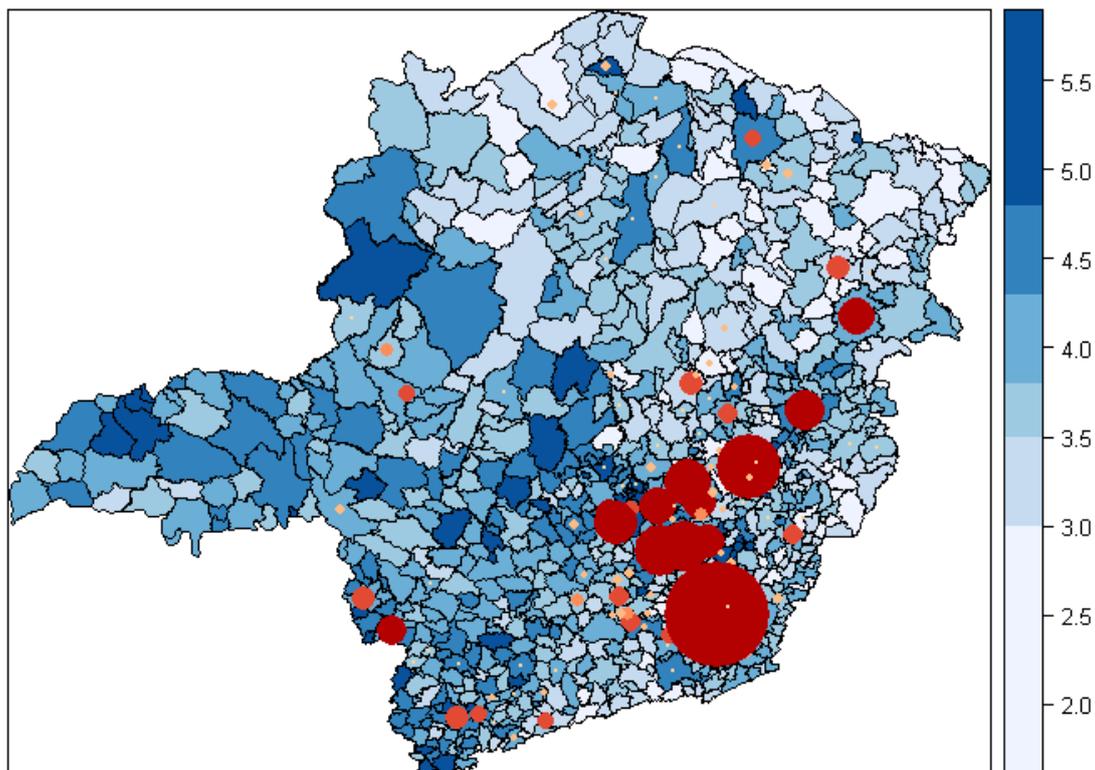


FIGURA 5 - Distribuição dos cursistas no estado de Minas Gerais (Complexidade dos municípios)

TABELA 1

Proporção das escolas com Ideb disponível de acordo com o pólo

Polo	Governador Valadares	Guaxupé	Ipatinga	Jaboticatubas	João Monlevade	Montes Claros/Lagamar	Ouro Preto	Tiradentes	Ubá
L1	9,49	10,15	13,47	10,59	11,48	11,48	12,14	10,81	10,37
L2	7,78	8,89	15,56	13,33	12,22	14,44	17,78	4,44	5,55

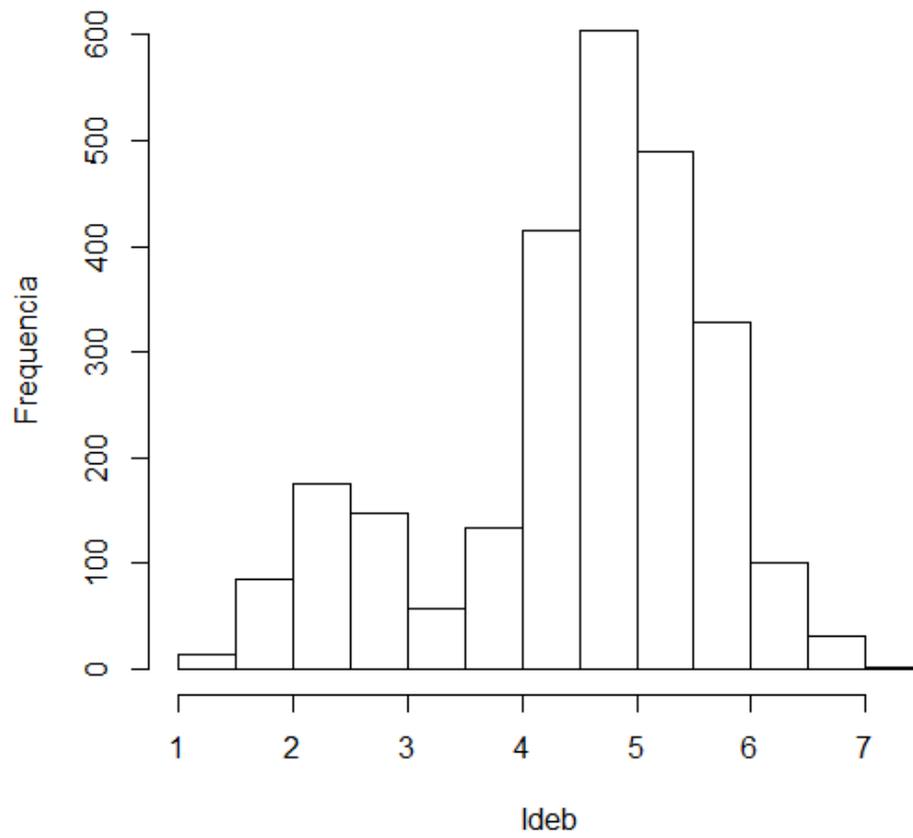


FIGURA 6 - Distribuição do Ideb de todas as escolas mineiras.

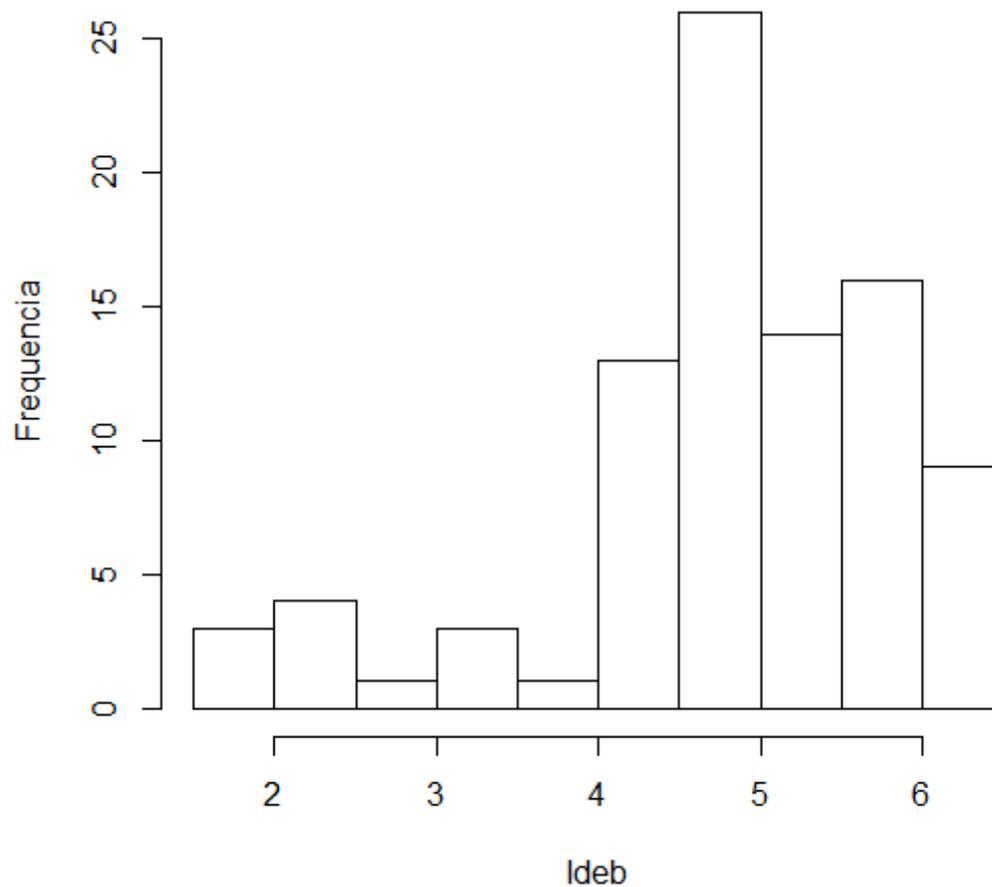


FIGURA 7 - Distribuição do Ideb das escolas atendidas pelo curso.

TABELA 2

Distribuição das escolas com NSE disponível de acordo com o polo

Polo	Governador Valadares	Guaxupé	Ipatinga	Jaboticatubas	João Monlevade	Montes Claros/Lagamar	Ouro Preto	Tiradentes	Ubá
L1	9,49	10,15	13,47	10,59	11,48	11,48	12,14	10,81	10,37
L2	8,93	10,61	13,41	18,43	11,73	11,73	15,64	10,05	0,00

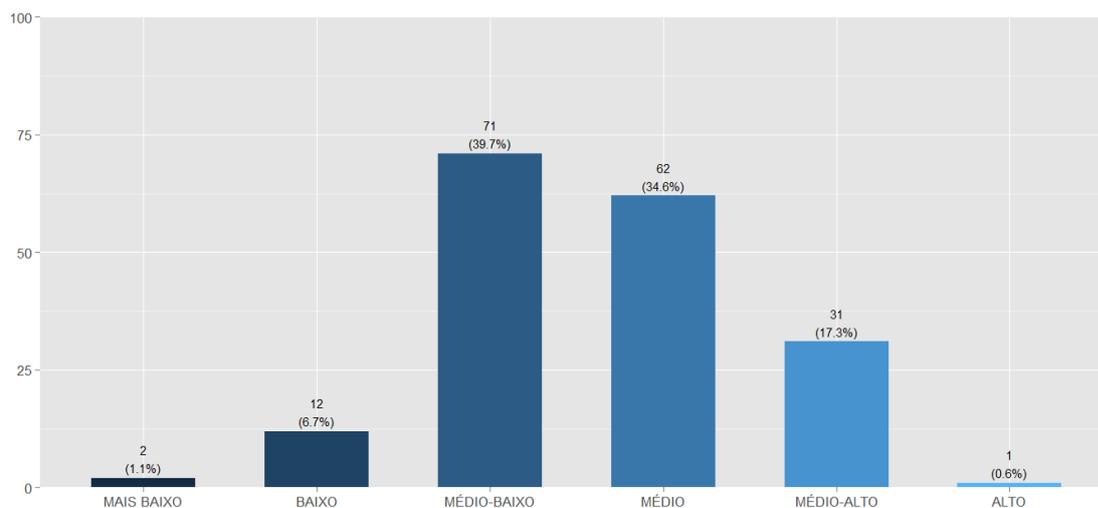


FIGURA 8 - Distribuição de frequências do Nível Socioeconômico das escolas atendidas pelo curso.

Nota: o curso não teve escolas na categoria “Mais alto”.

TABELA 3

Distribuição das escolas com Infraestrutura e Complexidade disponíveis de acordo com o polo

Polo	Governador Valadares	Guaxupé	Ipatinga	Jaboticatubas	João Monlevade	Montes Claros/Lagamar	Ouro Preto	Tiradentes	Ubá
L1	9,49	10,15	13,47	10,59	11,48	11,48	12,14	10,81	10,37
L2	7,81	10,62	10,62	13,12	9,68	11,56	10,62	11,56	14,37

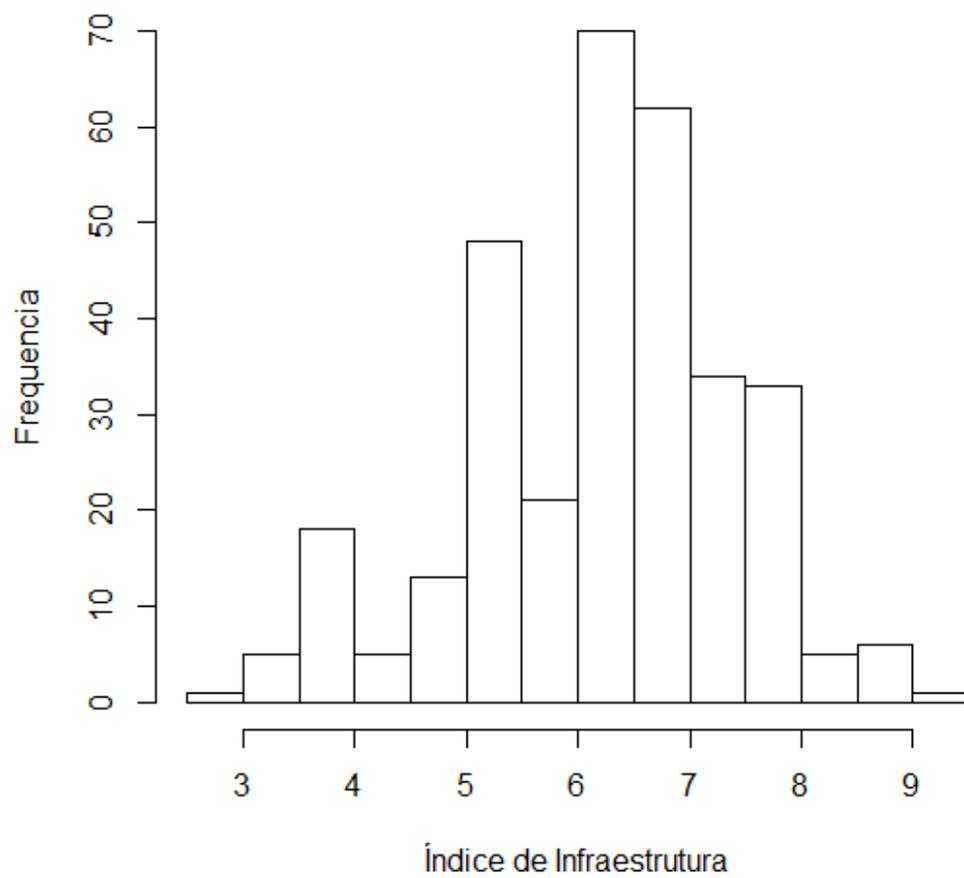


FIGURA 9 - Distribuição do Índice de Infraestrutura de todas as escolas mineiras.

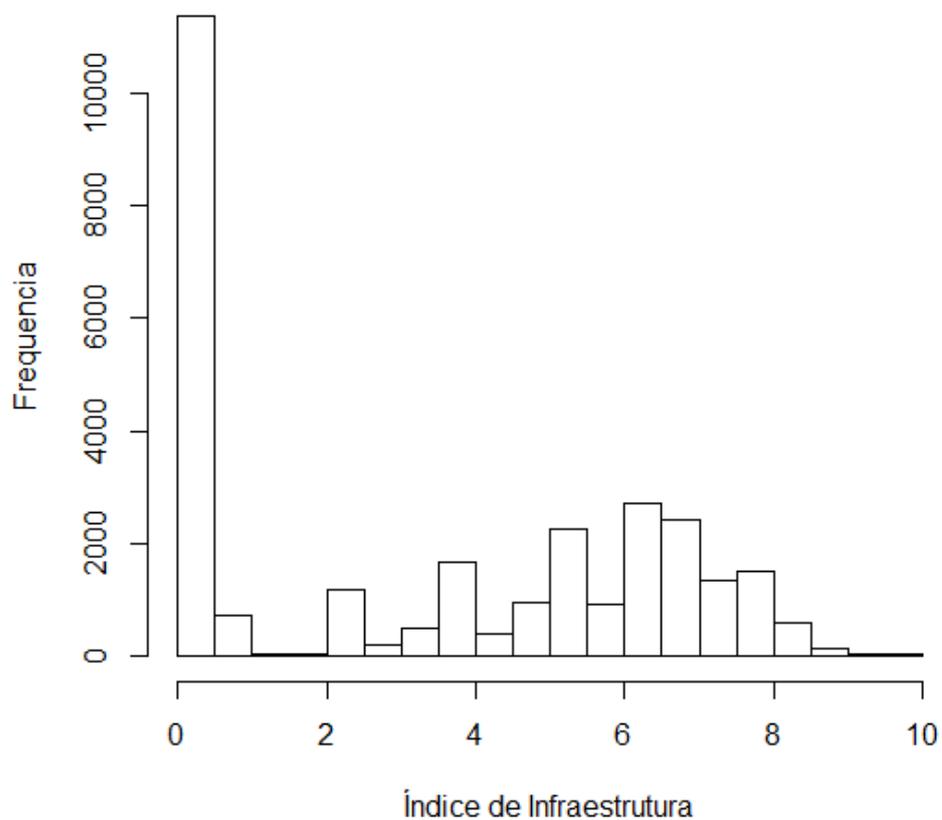


FIGURA 10 - Distribuição do Índice de Infraestrutura das escolas atendidas pelo curso.

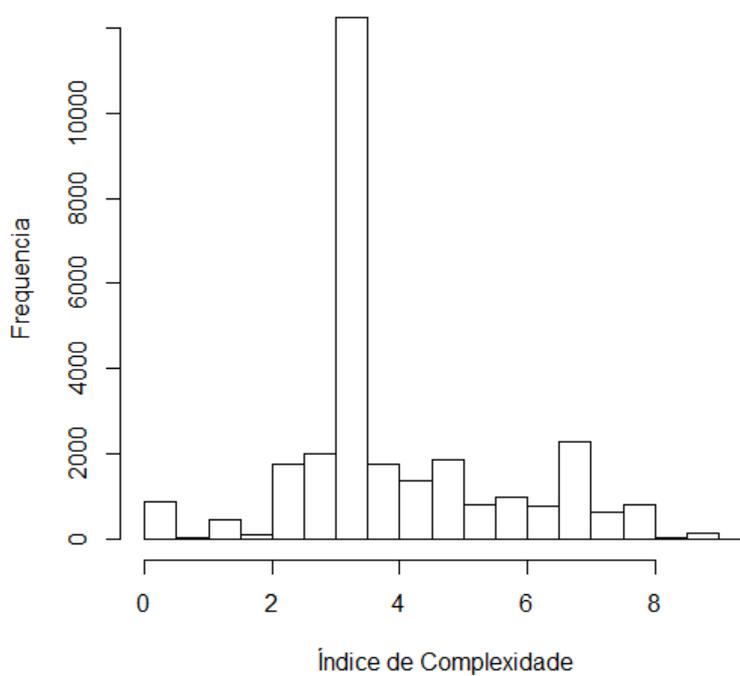


FIGURA 11 - Distribuição do Índice de Complexidade de todas as escolas mineiras.

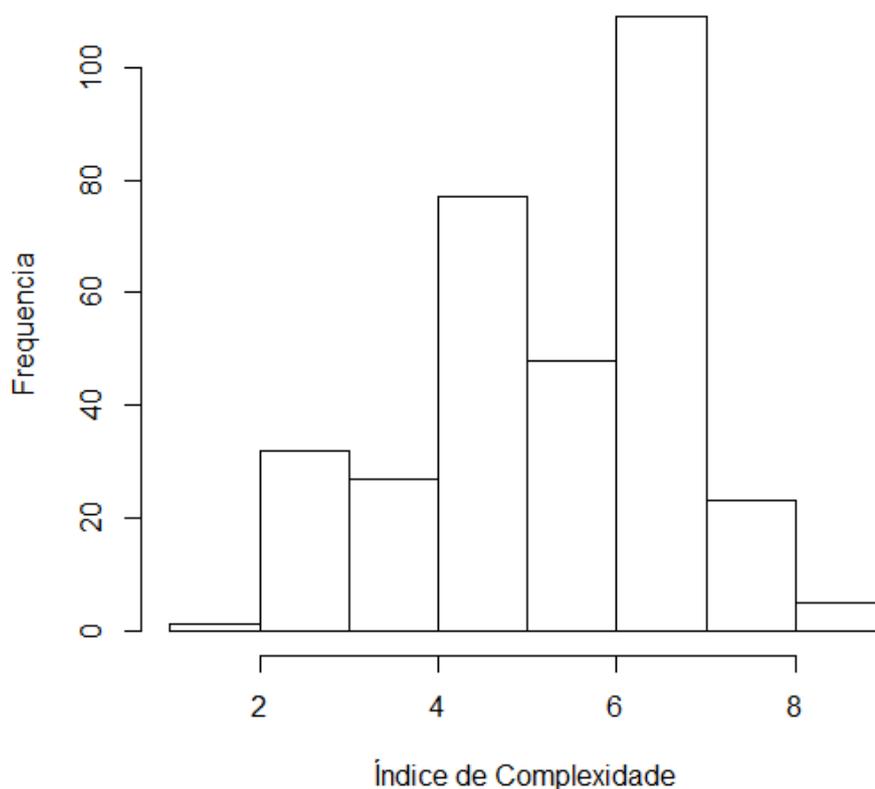


FIGURA 12 - Distribuição do Índice de Complexidade das escolas atendidas pelo curso

TABELA 4

Média dos indicadores por Polo do curso

Polo	Ideb	NSE	Infraestrutura	Complexidade
Governador Valadares	3,91	4,45	5,80	5,38
Guaxupé	5,06	5,09	6,62	5,29
Ipatinga	4,71	4,88	6,39	5,58
Jaboticatubas	5,11	5,13	6,61	5,83
João Monlevade	5,74	4,91	6,52	5,98
Montes Claros/Lagamar	4,36	4,22	5,68	5,12
Ouro Preto	4,49	4,85	6,47	5,71
Tiradentes	5,19	4,61	5,71	4,50
Ubá	4,93	-	6,05	5,05

Nota: amostra observada: Ideb (90), NSE (179), Infraestrutura (322), Complexidade (322).